

Dossiê:
Políticas Linguísticas em Contextos Indígenas

Dra. Ana Carolina Ferreira Alves (UFAM)
Dra. Elissandra Barros da Silva (UNIFAP)
Ma. Jonise Nunes Santos (UFAM)

Os direitos linguísticos foram elevados à categoria de direito humano com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), mas foram necessárias várias décadas para que o direito fundamental de se expressar na própria língua fosse afirmado na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), principal instrumento político contra a discriminação linguística. Nas últimas décadas, temos visto um esforço significativo de governos, organizações, linguistas, pesquisadores e, sobretudo, de comunidades e falantes, para garantir a manutenção e a vitalidade de línguas em contexto minorizado. A UNESCO decretou 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas, o que movimentou o cenário mundial com ações, eventos e discussões em torno das línguas indígenas, destacando o papel fundamental que estas possuem para a transmissão de conhecimentos, memória e identidade de um povo. Chamou-se a atenção para a urgência de ações em prol da salvaguarda desse patrimônio imaterial, o que teve sua culminância, no final de 2019, na Assembleia Geral das Nações Unidas onde foi proclamada a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). Neste contexto, as discussões sobre políticas linguísticas destinadas às línguas indígenas devem ser ampliadas, dialogando com o pensamento decolonial (MIGNOLO 2003, 2008) no campo da linguagem bem como com a interculturalidade crítica (WALSH 2006, 2009), por exemplo.

Ao propor o Dossiê *Políticas Linguísticas em Contextos Indígenas*, entendemos que em uma política linguística não é a língua, por ela mesma, o objeto da política, trata-se de um meio para alcançar outros objetivos, objetivos políticos, e um local onde lutas políticas são travadas. Assim como Zimmermann (1999), não sabemos de nenhum caso em que se realize política linguística focada, exclusivamente, na língua. Dessa forma, é preciso entender e discutir as relações – econômicas, políticas, sociais, identitárias, históricas, educacionais – que levam ao desprestígio e desvalorização das línguas indígenas em diferentes contextos de contato com outras línguas, principalmente as nacionais, além de discutir medidas e ações de enfrentamento à subalternidade imposta. Assim sendo, os cinco artigos que compõem este Dossiê possuem o mérito de apresentar distintas iniciativas de fortalecimento, manutenção, valorização e (re)vitalização de línguas indígenas.

O primeiro artigo, intitulado *Políticas de tradução e interpretação no contexto indígena: estudo de caso em uma escola guarani*, de Beatriz de Oliveira, nos apresenta um rico exemplo de política linguística *bottom up*, partindo de uma estratégia implementada por uma comunidade Guarani-Mbyá. A autora discorre sobre o processo de estruturação da escola da aldeia, durante o qual a comunidade optou pela manutenção simultânea em sala de aula de um não indígena – como professor – e um intérprete para a maioria das disciplinas curriculares, como forma de possibilitar o ensino intercultural e bilíngue. Isto por que o processo de tradução/interpretação não se esgota na tradução do signo linguístico, mas auxilia o entendimento de mundos vistos por meio de lentes culturais. A autora problematiza a latente

lacuna existente nos dispositivos legais quanto à garantia da presença de sábios e falantes de línguas indígenas em sala aula – com a devida remuneração – para além da presença do professor. Assim, a autora mostra que políticas multilíngues devem considerar a possibilidade de uso da tradução/interpretação.

No segundo artigo, *A ortografia Mundurukú em questão: uma proposta de adaptação com foco em não falantes*, os autores, Edilson Pinheiro, Maria de Nazaré Duarte e Gessiane Picanço, propõem intervenções na ortografia prática da língua Mundurukú, com o objetivo de testar uma metodologia de ensino-aprendizagem lexical na comunidade Kwatá-Lanranjal, onde há apenas idosos lembradores da língua, além de não falantes. A proposta inclui a inserção no sistema de diacríticos da ortografia mundurukú do acento agudo – para indicar o tom alto – e do grave, para indicar a laringalização, haja vista que nesta língua o tom e a laringalização são traços distintivos. A proposta apresentada pelos autores visa tornar a escrita mais adequada para uma parte do povo Mundurukú que busca a retomada da língua. Essa inclusão de diacríticos se restringe à elaboração de um material específico para facilitar o processo de aquisição e fixação de léxico, e os autores ressaltam fatores relevantes para que não haja alteração da ortografia como um todo, a qual é usada de forma satisfatória por falantes da língua. A iniciativa representa um grande incremento metodológico que fará diferença no processo de ensino-aprendizagem da língua mundurukú na comunidade Kwatá-Laranjal.

Na sequência, o artigo *História e Construção da Língua de Sinais Hãtxa Kuĩ Brasileira (LSHKB)*, de Elenira Oliveira Gomes Apurinã, destaca-se pelo pioneirismo e relevância dos estudos de línguas de sinais entre povos indígenas. A autora descreve a necessidade e o processo metodológico de elaboração de um alfabeto de sinais baseado no alfabeto ortográfico da língua Huni Kuĩ. Os sinais foram adaptados da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e ainda serão testados entre a comunidade de surdos do povo Huni Kuĩ (Kaxinawá) para, assim, realizar uma educação inclusiva e multilíngue. A criação do alfabeto Hãtxa Kuĩ possibilitará aos Huni Kuĩ com deficiência auditiva acesso à aprendizagem através do Língua de Sinais Hãtxa Kuĩ Brasileira. A autora argumenta que, assim como a língua portuguesa não é a língua materna de muitos povos originários, a LIBRAS não pode ser considerada como a primeira língua dos povos originários surdos.

O artigo *Currículo Intercultural como Política Linguística: a proposta de uma licenciatura em Letras Português/Línguas Indígenas* também merece destaque pelo pioneirismo. Nele, as autoras Letícia Fraga, Lígia Paula Couto e Lucimar Araujo Braga apresentam uma proposta de licenciatura intercultural na área da linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa, enfatizando seu caráter político de valorização e promoção das línguas indígenas. O detalhamento dos percursos e percalços da construção dessa proposta permite vislumbrar seus inúmeros desafios, mas também compreender a necessidade da criação de novas práticas de formação superior que contemplem, cada vez mais, a diversidade linguística de nosso país. Neste sentido, destaca-se o Currículo Intercultural de Letras e a matriz curricular apresentada pelas autoras, especificamente voltadas para a formação desse professor indígena de línguas e literaturas, valorizando e reconhecendo também os distintos aspectos históricos, culturais e pedagógicos.

O último artigo deste Dossiê é intitulado *Kwaytikindo: retomada linguística Puri*, de Txâma Xambé Puri, Txemim Puri e Xindêda Puri. Neste artigo, os autores apresentam o projeto Txemin Puri, em que a retomada da língua e o processo de revitalização linguística se inserem em um contexto mais amplo, o da luta e resistência deste povo diante do colonialismo, ainda hoje presente, de subordinação dos povos

indígenas, de suas culturas e línguas. Deve-se destacar o caráter autônomo da iniciativa deste povo, o que se reflete desde as reflexões acerca dos processos históricos de perseguição e subalternização a que o povo foi submetido, até a criação de metodologias e critérios próprios utilizados nas diferentes etapas de revitalização da língua, as quais compreendem desde a representação dos sons até o diálogo com a oralidade contemporânea, perpassando ainda por etapas como a tradução do significado, o reconhecimento da morfologia, da sintaxe e da cosmovisão do povo. Sem dúvidas, o processo de retomada linguística Puri insere-se entre aqueles que apontam estratégias eficientes para o trabalho de revitalização de uma língua indígena, principalmente porque tem o povo Puri como protagonista e esse é um elemento fundamental para o êxito de uma política linguística.

Encerra este dossiê a entrevista *A Pesquisa com Fala Assoviada*, realizada por Elissandra Barros com o linguista francês Julien Meyer. Ainda pouco conhecida e documentada, principalmente no Brasil, a fala assoviada é uma prática milenar que sobrevive em muitos lugares ao redor do mundo, mas cuja vitalidade depende da preservação do meio socioambiental onde ela é utilizada. Julien Meyer tem se dedicado a documentar e estudar esse fenômeno ao redor do mundo, na Europa, América Latina, Alasca, Ásia e África. Nesta entrevista o linguista trata de sua formação multidisciplinar, de suas múltiplas experiências com falas assoviadas, da metodologia que vem desenvolvendo para realizar esses estudos e das pesquisas realizadas na Amazônia brasileira. Ao falar de suas pesquisas, Julien Meyer nos conduz ao rico universo linguístico da fala assoviada, descrito em seu livro *Whistled Languages* (2015) em que aborda desde os ambientes de sua ocorrência, perpassando pôr aspectos sociolinguísticos, fonéticos, fonológicos e psicolinguísticos até a relação entre língua-música. Ao refletir sobre o futuro das falas assoviadas, Julien Meyer enfatiza que a sobrevivência e a revitalização de uma prática linguística dependem do fortalecimento das situações nas quais o seu uso realmente interessa ao povo em um ambiente quase cotidiano.

Concluimos este Dossiê ressaltando que os processos culturais, históricos, sociais e políticos que pressionam as línguas, principalmente as minorizadas, continuam em curso. Cabe a nós identificar como esses processos continuam a ocorrer nos mais distintos contextos, criando e apoiando estratégias e políticas que possam contribuir para que as comunidades falantes tenham suas línguas fortalecidas e/ou (re)vitalizadas, se assim o desejarem.

Referências

- MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p. 287-324, 2008.
- WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial". In WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006, pp. 21-70.
- WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad*. Luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: UASB/Abya Yala, 2009.
- ZIMMERMANN, K. *Política del lenguaje y planificación para los pueblos amerindios: Ensayos de ecología lingüística* (Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico nº 5) (Spanish Edition). Iberoamericana Editorial Vervuert, 1999. (Edição do Kindle).